

Plano de Governo
para o Estado de Roraima

Rudson Leite

Próximo Governador de Roraima

A verdadeira Esperança de Roraima!



Partido Verde

INTRODUÇÃO

É HORA DE MUDAR o jeito de administrar o nosso Estado de Roraima.

Roraima completou 34 (trinta e quatro) anos de transformação de território federal para estado da federação, através da CF/88. Nesse período, passou por diversas governanças e, reconhecidamente, foram muitos os recursos aplicados, muitas mudanças aconteceram, mas, infelizmente, os gestores não foram capazes de prepará-lo para o futuro que há muito tempo chegou.

Desde o seu início, através de nossa primeira eleição, foram trazidos para cá alguns políticos espertalhões que se juntaram com outros espertalhões, daqui, só para sugar nosso estado. Na verdade, sugam nosso rico, mas pobre estado, até nos dias de hoje.

Para se ter uma ideia, na eleição de 1990, a primeira após a transformação de território federal para estado, das 08 (oito) vagas para deputados federais, nenhum roraimense foi eleito naquela legislatura. A grande maioria dos deputados estaduais não eram roraimenses e dos três senadores eleitos, Marluce Pinto (cearense), Cezar Dias (goiano) e Hélio da Costa Campos (carioca), nenhum era roraimense. O governador foi Ottomar de Souza Pinto (pernambucano) e seu vice foi Airton Dias (paranaense). Após Ottomar, foi eleito para governar Roraima por dois mandatos consecutivos o engenheiro Neudo Ribeiro Campos (roraimense), em seguida o também engenheiro Flamarion Portela (cearense), seguido de Ottomar Pinto (pernambucano), engenheiro Anchieta Junior (cearense), Suely Campos (roraimense) e, atualmente, Antônio Denárium (goiano).

Agora, estamos diante de mais uma eleição para governador do nosso estado e com as candidaturas postas, teremos, pelo grupo do ex-senador Romero Jucá, Teresa Surita, (paulista), tendo como vice o também (paulista) Édio Lopes. Concorrendo a reeleição teremos Antônio Denárium (goiano) e o vice que poderá ser Edilson Damião (roraimense), indicado pelo maranhense Mecias de Jesus. O paraibano Fábio Almeida é o candidato da federação PSOL e REDE. Juracy (Escrinho), paranaense, será o candidato do PDT.

O ano de 2022 será o ano onde, decididamente, definiremos qual o futuro queremos para nossa gente e para os que para cá vieram e fincaram raiz, ajudando a transformar Roraima para muito melhor, com trabalho honesto.

FORMA DE ADMINISTRAR

Trago comigo a experiência de ter trabalhado no sistema Telebrás, começando como estagiário, IRLA, consultor em telecomunicações e, por fim, gerente da planta externa (redes).

Na extinta Telecomunicações de Roraima - Telaima, trabalhamos arduamente para colocá-la em segundo lugar no quesito prestação de serviços aos clientes, perdendo apenas para a Telepar – Paraná, ficando nessa posição até as empresas serem privatizadas em 29 de julho de 1998.

Parte do modelo vencedor que aplicamos lá, aplicaremos em nossa administração.

Nós iremos dividir a Boa Vista em 08 (oito) setores, e para cada setor será designada uma cor para melhor visualização da população daquilo que ocorrerá em cada setor. Exemplo: A Área verde compreenderá os bairros A, B, C. A Área azul compreenderá os bairros C, D, e E. E, assim, sucessivamente. Cada morador saberá qual a área onde reside. Exemplo: Os carros que farão a segurança, serão configurados de acordo com a cor de cada setor. Carros que atuarão no setor verde, será configurado de verde, o da área azul, de azul e, assim, sucessivamente. O mesmo sistema ocorrerá também para área de saúde. Ambulância da área verde, configuradas de verde, do setor azul, de azul etc. Todas as nossas propostas terão como base as demandas de cada setor.

SAÚDE PÚBLICA

Acolher, dar publicidade e fazer cumprir as deliberações das Conferências de saúde do SUS.

Mobilizar as áreas técnicas da saúde: gestão, serviços e controle social, para revigorar o Plano Estadual de Saúde em consonância com as necessidades reais de saúde da população.

Institucionalizar a regionalização da saúde como estratégia de planificação da atenção à saúde em escala estadual, integrando a atenção primária em saúde com a ambulatorial especializada e hospitalar.

Institucionalizar, em seis (6) meses, a política nacional de regulação em saúde de Roraima e fazer cumprir o uso adequado do instrumento SISREG, que permite monitoramento inteligente e resolutivo de gestão de sistemas, contratos e acesso à serviços de saúde obedecendo a critérios de prioridades e estratificação de riscos.

Construir uma Unidade Hospitalar em Pacaraima, fronteira com a Venezuela.

Potencializar os municípios de Roraima na qualificação da atenção primária em saúde, desconcentrar serviços próprios laboratoriais, exames de imagem e cirurgias eletivas com rotinas fixas e escalas de serviço voltadas a realidade de cada região de saúde.

Promover estudo urgente de repasse de recursos mensais aos municípios como incentivo ao desempenho quanto ao alcance das metas do programa Previne Brasil.

Promover amplo estudo com apoio do Ministério da saúde para redimensionar o custo da saúde, no estado, e repactuar corresponsabilidades no SUS para melhorar o acesso a saúde pela população.

Redimensionar a necessidade de força de trabalho no SUS em Roraima com base na realidade atual e promover espaços de negociação do trabalho na saúde que garantam aos profissionais oportunidade de expor as diferentes condicionantes em suas atividades laborais.

Prestar contas à sociedade de seis (6) em seis (6) meses sobre o andamento na execução dos serviços, o atingimento das metas pactuadas na saúde por especificidades e as despesas com seu devido percentual de execução.

Reestruturar e revitalizar o Hospital de São Luiz do Anauá, como segunda referência de atenção ambulatorial para a região sul do Estado.

PROPOSTA DOS SERVIDORES DA SAÚDE

Pagamento das parcelas de 2023 e 2024 do PCCR da saúde.

Valorização e reestruturação da carreira dos profissionais de saúde com criação de cargos que ainda não existem a nível estadual como: os condutores de ambulância e técnicos em hemoterapia.

Pagamento imediato do Adicional de Qualificação.

Reconhecimento do direito de todos os profissionais de saúde e pagamento das progressões verticais e horizontais inclusive a dos médicos que nunca receberam. Profissionais que ingressaram no estado através do concurso de 2004 e 2007.

Pagamento imediato do adicional de insalubridade para os servidores do quadro do ex-território de Roraima, que ainda estão atuando dentro das unidades hospitalares.

Implementação do piso salarial nacional da enfermagem.

Regulamentação da aposentadoria especial para os profissionais de saúde.

Assegurar através de lei que cargos de gestão dentro das unidades hospitalares sejam ocupados por profissionais de carreira, preferencialmente escolhidos pelo corpo técnico das unidades;

Efetivo pagamento da função comissionada técnica (FCT) para todos os servidores efetivos que sejam responsáveis técnicos das unidades de saúde;

Auxílio de saúde e equiparação com os profissionais do mesmo nível do quadro geral;

Analisar a possibilidade de viabilizar o pagamento de anuênio de 1% a cada ano;

Analisar a possibilidade de viabilizar as férias dos servidores, que hoje é de 30%, conforme lei. Como governador, verificar a possibilidade de complementação com 70%, chegando a 100% do salário (auxílio férias);

Trabalhar para que todos os servidores tenham direito a cesta básica;

Analisar a possibilidade de viabilizar vale refeição para os servidores.

MEDICAMENTOS

Devemos considerar que a falta de medicamentos nos hospitais administrados pelo governo do estado está intrinsicamente ligada a falta de planejamento para compra de materiais e medicamentos para abastecer as farmácias desses hospitais.

Faremos um planejamento e seguiremos rigorosamente o planejado para atender com eficácia as necessidades da população em relação a saúde.

MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DA SAÚDE

Os hospitais e as unidades de prestação de serviços de saúde pertencentes ao estado serão mantidos nas melhores condições de funcionamento, sem faltar profissionais, medicamentos, insumos e ambiente higienizado, sempre.

TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO – TFD

É inaceitável que pessoas que necessitam de atendimento fora do estado passem por privações e até humilhações pela falta de pagamento dos benefícios.

Os tratamentos que não forem possíveis realizá-los nas unidades hospitalares do governo serão encaminhados para outros centros na maior rapidez possível.

Para tanto, manteremos uma equipe para manter constante contato com as coordenações de TFD de outros estados para melhor atender as demandas.

Realizar o pagamento de ajuda de custo diário para acompanhante e paciente.

MANUTENÇÃO DOS HOSPITAIS

Os serviços de manutenção de equipamentos, instalações hidráulicas, elétricas e prediais serão mantidas em bons funcionamentos em todas as unidades de saúde, terceirizando os serviços de manutenção preventiva e corretiva e manteremos fiscalização rigorosa dos serviços prestados.

ROBÓTICA NO HOSPITAL GERAL DE RORAIMA – HGR

O uso da robótica na saúde vem crescendo cada vez mais nos últimos anos. A tecnologia gera diversas vantagens aos profissionais médicos e que atuam em procedimentos cirúrgicos. Os procedimentos são mais precisos e reproduzíveis. Aliados, médicos e a robótica, tornam os procedimentos mais seguros, rápidos e com menor dor e trauma aos pacientes.

Iremos dotar nosso Hospital Geral de Roraima de equipamentos de robótica para atender a nossa população, que as vezes que necessitaram tiveram que ser operados em outros centros.

GERAÇÃO DE EMPREGOS – MINERAÇÃO

O setor público não suporta mais absorver as demandas por emprego e se faz necessário, estado e municípios criarem condições e ambiente para implantação de novos negócios.

Iremos organizar e apoiar o setor de mineração, sob tudo o setor de argilas/oleiros e cerâmicas. Esse setor, se bem fomentado para oferecer seus produtos, impulsionam a economia dos municípios gerando empregos em cadeia. As pessoas ao começarem a construir ou reformar suas casas ou prédios comerciais, serão gerados empregos na própria cerâmica e olarias, na mina de argila, no transporte de argilas até a fabricação, na entrega dos materiais, no posto de vendas e na construção para ajudante de pedreiro, pedreiros,

carpinteiros, eletricitas, engenheiros, arquitetos. As lojas venderão mais produtos e aí irão contratar mais balconistas, vendedores, repositores, entregadores etc. Com isso, serão gerados milhões de reais em impostos.

Iremos construir o CENTRO COMERCIAL DA MINERAÇÃO onde serão instaladas todas as empresas ligadas ao setor de mineração, tais como: setor de argilas, britas, areia, barro, seixo etc. Todos concentrados em um mesmo lugar para facilitar o atendimento aos clientes.

RORAIMA NO CLIMA

A grande maioria das casas dos moradores de Roraima são cobertas por telhas de fibrocimento/amianto, material há muito tempo proibido por ser cancerígeno.

Nossa proposta é a de ajudar as famílias mais carentes a trocar esse tipo de cobertura que, além de prejudicial à saúde, ela transfere um excessivo calor aos residentes em casa com esse tipo de cobertura. Incentivar o setor de olarias a produzir com maior eficiência telha de barro será nossa opção para levar mais conforto as famílias.

AQUECER A ECONOMIA A PARTIR DA ARGILA

Incentivaremos a organização dos oleiros em cooperativas, levando-os para dentro do distrito industrial Aquilino Mota, e através da CODESAIMA e AFERR, financiaremos a instalação de modernas cerâmicas totalmente automatizadas para produção em larga escala de produtos estruturais: tijolos comuns, tijolos e ladrilhos esmaltados, tijolos anticorrosivos, telhas, manilhas, blocos etc. Revestimentos cerâmicos, proteção e decoração de materiais metálicos ou não, esmaltes, vidrados.

A indústria cerâmica é importante para o desenvolvimento da economia gerando empregos em diversos postos de trabalho.

LOTERIA ESTADUAL

A ideia da loteria foi lançada em setembro de 2012 durante a campanha para prefeito de Boa Vista, quando fui o vice do atual senador Telmário Mota.

Como próximo governador de Roraima implantaremos a loteria estadual que já foi criada pela Assembleia Legislativa de Roraima no final de 2021.

Promoveremos alteração do projeto já aprovado, aumentando os percentuais a serem destinados ao esporte e desporto e incluiremos também, a cultura em todas as suas faces.

Teremos em todo as quartas feiras a loteria do esporte e do desporto e, no sábado, a loteria cultural. A cada uma delas será destinado 20% do valor arrecadado para financiar projetos que serão apresentados por organizações, federações, artistas, grupos folclóricos etc.

No nosso governo, as pessoas que praticam esporte de alto nível, artistas e movimentos culturais não se tornarão pedintes para suas viagens e seus projetos.

REPOVOAMENTO DE RIOS

É comum ouvir de pescadores amadores, pescadores esportivos e pescadores profissionais reclamarem da falta de peixes em nossos rios.

Em 2012 ouvi dos pescadores amadores Delman Veras, Carvílio Pires e Otoniel Ferreira, quanto a escassez de peixes em nossos rios.

Apresentei junto ao IBAMA a proposta para incluir nas compensações ambientais o repovoamento dos rios.

É compromisso do nosso governo, dentro dos primeiros 4 anos, promover o repovoamento de 3 bilhões de alevinos de espécies regionais, inclusive contemplando o projeto quelônios que visará a proteção e aumento dos quelônios em nossos rios.

PARQUE DA LEMBRANÇA

Criaremos o Parque da Lembrança e plantaremos uma árvore para cada vida perdida durante a pandemia do COVID19.

CRIAÇÃO DE UMA SECRETARIA ESTADUAL DA MICRO, PEQUENA EMPRESA

O Estado de Roraima nasceu em 1988, com a transformação do antigo Território Federal de Roraima. Como estado membro da federação, ele necessita se organizar para arrecadar seus impostos. Para que isso aconteça com êxito é necessário apoio total à iniciativa privada geradoras de impostos.

As MPE's são a maioria das empresas em qualquer atividade pesquisada. De acordo com o SEBRAE, no Estado de Roraima, analisando a composição das MPE na variável pessoal ocupado, o primeiro destaque é para a participação do setor de serviços (80,0%), com predominância do comércio (52,9%). Roraima tinha, em 2017, pouco mais de 530 mil habitantes. Registra-se, no entanto, que quando seu surgimento, há 27 anos, tinha pouco mais de 100 mil habitantes.

Pelos dados acima, não restam dúvidas da importância das MPE economia do Estado de Roraima e os empresários não têm dentro da máquina estadual um órgão de apoio específico. Estão presentes em todos os municípios do estado com suas associações.

A Federação das Associações de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais do Estado de Roraima – FEMICRO, sugere que o poder público de Roraima crie uma Secretaria de Estado com o objetivo de atender, especificamente, os micros e pequenos empresários e os empreendedores individuais. Com isso, esse importante seguimento se sentirá estimulado a crescer e ajudar ainda mais a economia do estado.

CRIAÇÃO DE UMA DELEGACIA DE EMPREENDEDOR

O Micro e o pequeno empresário passam por situações extremamente difíceis e constrangedoras quando necessitam de qualquer ação que envolva a polícia. Um exemplo marcante, e que acontece com frequência é quando o comerciante chega pela manhã em sua loja e a encontra arrombada com roubos de mercadoria. A primeira reação é procurar a polícia para registrar a ocorrência e pedir uma investigação. O drama começa quando chega à Delegacia mais próxima. A demora a ser atendido, com frequência, é de mais de 4 horas. Enquanto isso, a loja está fechada para preservar o cenário onde os peritos vão buscar indícios de autoria. Demorou 4 horas para registrar a ocorrência e demorará mais 4, 6 e 8 horas para chegar o perito, isso quando vem.

O empresário perde duas vezes: a primeira, quando foi roubado; e a segunda, quando, esperando providências, deixa de vender e faturar no seu estabelecimento. Por isso, a FEMICRO estima que mais de 80% dos casos de roubo nas empresas deixam de ser registradas nas Delegacias. E isso mascara as estatísticas de ocorrências policiais.

A FEMICRO, ouvindo seus representados, procurou o poder público, notadamente o poder legislativo e já obteve a compreensão de um Deputado Estadual que apresentou uma indicação ao Poder Executivo para que esta crie uma DELEGACIA ESPECIALIZADA para atender, exclusivamente, o Micro e pequeno empresário de Roraima.

Essa é uma providência extremamente importante, não só no combate à violência urbana, como de apoio ao Micro e Pequeno empresário que é responsável por mais de 70% da economia de Roraima inclusive com arrecadação de impostos.

Uma Delegacia criada com essa finalidade ajudará, inclusive a Secretaria de Fazenda no cálculo do valor a ser restituído quando ocorrer roubos nas pequenas empresas, objeto de uma solicitação nossa.

MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DO IMPOSTO PAGO SOBRE MERCADORIAS FURTADAS E DANOS AO PATRIMÔNIO

Durante o Fórum Estadual da Micro e Pequena Empresa realizado, em Boa Vista, a FEMICRO apresentou uma reivindicação que foi acolhida pelo Secretário de Planejamento do estado e por ele encaminhada ao Secretário da Fazenda no sentido de que o empresário que tenha sido comprovadamente furtado em seu estabelecimento seja ressarcido, pelo Tesouro Estadual, do valor correspondente ao ICMS, pago antecipadamente, sobre aquele produto que não foi vendido, mas roubado. Essa reivindicação está em estudo na Secretaria da Fazenda Estadual.

A FEMICRO, no entanto, quer algo a mais dentro deste mesmo tema. Vejamos o seguinte: quando o ladrão rouba um estabelecimento ele quebra porta, janela, telhado etc. Essa ação nefasta pode ser creditada à falta de segurança do estabelecimento ou à falta de segurança pública. Assim, o propósito da FEMICRO é fazer com que uma legislação seja estabelecida no estado para quando esse fato ocorrer e for comprovado pela perícia da Delegacia do Empreendedor, o estado arque com 50% do ônus referente aos reparos na empresa causado por falta de segurança privada ou pública ou de ambas.

A FEMICRO quer mais apoio de segurança para os Micro e Pequenos Empresários de Roraima e, assim, tanto a criação da Delegacia, como essa compensação virão no sentido de encorajar cada vez o empreendedorismo no estado e alavancar sua economia.

SEGURANÇA PREVENTIVA PARA O EMPREENDEDOR

A FEMICRO entende que os empresários, notadamente os menores, precisam ter uma boa proximidade com a Polícia e em especial quanto às questões de prevenção do seu negócio. Isso, evidentemente, trará menos casos registrados e mais tranquilidade para o empreendedor.

Reagir ou não reagir? Como proceder no seu estabelecimento para desencorajar um ataque do mal feitor?

São questões que pela experiência policial transmitida ao empreendedor, que muitas vezes é um neófito, nessas questões, alivia muito a tensão de todos.

Nesse sentido, a FEMICRO, após ouvir as reclamações dos seus associados propõe esses encontros que, na verdade, se bem conduzidos podem se transformar em aulas de prevenção contra a violência na cidade e no estado.

EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA

Do mesmo modo como a FEMICRO pensou a Educação Ambiental, ela quer implantar um encontro permanente com os órgãos tributários nos três níveis de governo. Nesses encontros, os empresários irão receber orientação quanto à função social e fiscal do tributo. Atuará, também, como uma ação preventiva para que o empresário não seja punido com muitas que muitas vezes poderiam ter sido evitadas.

A Educação Tributária irá propiciar aos empresários de menor porte uma melhor conscientização de suas ações não só quando ao pagamento do tributo em si, mas sobretudo quanto às suas aplicações e finalidades na sociedade atual.

Desses encontros poderão participar os filhos dos empresários para que desde cedo eles possam já entender as razões de ser dos tributos e suas aplicações.

EXPANSÃO DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE BOA VISTA PARA A ÁREA METROPOLITANA

Quando foi criada a área de Livre Comércio de Boa Vista, em 1991, a cidade era muito menor que a atual. Hoje, a cidade de Boa Vista expande-se rapidamente a cada ano. Já está com mais de 340 mil habitantes e tem em sua vida uma expressiva influência não só política, mas econômica e social.

Por isso, foi criada pela Lei Complementar Estadual Nº. 229 de 09 de dezembro de 2014, a área Metropolitana da Capital de Boa Vista compreendendo, além de Boa Vista, os municípios de Alto Alegre, Mucajaí, Cantá e Bonfim. Com essa área metropolitana torna-se

imperiosa a necessidade de expansão dos benefícios inerente à Área de Livre Comércio para que todos esses municípios se beneficiem também.

A FEMICRO tem recebido demandas de seus associados naqueles municípios e por isso pleiteia uma alteração na legislação ampliando a Área de Livre Comércio de Boa Vista para Alto Alegre, Mucajaí e Cantá.

Para que tal aconteça, a FEMICRO tem diligenciado junto ao Governo do Estado e a representação Federal, para que essa alteração seja discutida e aprovada pelo Parlamento brasileiro.

ESCOLA DO EMPREENDEDOR PARA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), apoiado pelo SEBRAE, detectou que o Brasil atingiu, nos dois últimos anos, uma das maiores taxas de empreendedorismo de sua história, isso é fato. Um outro dado importante é que o Brasil supera países como a China, Índia, Alemanha e até Estados Unidos na taxa de empreendedorismo.

Mas Roraima ainda não está nesse patamar. Os milhares de jovens que se formam nas nossas faculdades ficam a espera de um ingresso no serviço público que hoje já não comporta mais tanta gente. É necessário despertar nesses jovens a noção do empreendedorismo e seu valor para a vida, principalmente, quanto à questão financeira e de trabalho.

Quais os ramos possíveis que os novos empresários podem abraçar em Roraima? Quais suas chances de darem certo? Pouco se sabe ou se discute sobre isso.

A FEMICRO propõe uma Escola de Empreendedor para os empresários e para os que desejam seguir o ramo empresarial. Assim como será útil para seus filhos.

A gestão dessa escola poderá ser feita pela FEMICRO desde que os poderes públicos se comprometam a contribuir com sua manutenção.

O Presidente do SEBRAE Nacional, Guilherme Afif Domingos, ao comentar sobre empreendedorismo assim se manifestou: *“Muitas pessoas que ficaram sem ocupação viram*

no empreendedorismo a solução para seu sustento. A crise estimula a abertura de empresas, mas a maioria continua sendo aberta por oportunidade". São muitas as razões para que o empreendedorismo seja estimulado no Brasil e, particularmente, em Roraima.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PREVENTIVA

Muitas vezes o empreendedor é penalizado por ignorância quanto à questão ambiental.

A FEMICRO entende que se os empresários tivessem conhecimento prévio da legislação ambiental não seriam multados por suas ações. Mas para que isso venha a ocorrer é necessário que os órgãos ambientais nos três níveis de poder conscientizem a sociedade. No caso dos micros e pequenos empresários, a FEMICRO propõe que cada órgão mantenha um programa de encontros semestrais com seus associados levando a eles a Educação Ambiental Preventiva.

Uma ação permanente nesse sentido não só irá prevenir danos ambientais como evitará que os empreendedores sejam atingidos financeiramente por suas ações que muitas vezes são praticadas com as melhores intenções.

Esses encontros poderiam ser realizados nas praças públicas sob a coordenação da FEMICRO ou mesmo dos órgãos ambientais.

COOPERATIVAS

O que é Cooperativismo?

“É um caminho que nos mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo. Tudo começa quando pessoas se juntam em torno de um mesmo objetivo, em uma organização onde todos são donos do próprio negócio”.

Você viu no início da nossa proposta, informamos que iremos dividir Boa Vista em setores e que os municípios também serão considerados setores para nossa melhor visualização do que estaremos administrando.

Em cada setor, serão incentivadas a criação de cooperativas para confecção do fardamento escolar, jalecos para profissionais da área de saúde etc.

FORTALECIMENTO DO SETOR MOVELEIRO

Criaremos condições favoráveis para a expansão do setor moveleiro, inclusive com foco na exportação de produtos acabados. Em vez de fornecermos matéria prima para a indústria moveleira do Brasil e do Mundo, empreenderemos esforços e ações para que possamos transformar essa matéria-prima nobre em produtos acabados dentro da ZPE, agregando um expressivo valor ao produto final, gerando muitos empregos e, desta forma, fortalecendo a economia de Roraima.

A indústria moveleira, em todo o estado, terá o nosso apoio.

ZONA DE PROCESSAMENTO PARA EXPORTAÇÃO – ZPE

A Zona de Processamento de Exportação – ZPE de Boa Vista, foi criada no dia 30 de junho de 2010, e serviria para: Suspensão de isenção tributária, benefícios administrativos e outras benfeitorias, agilidade aduaneira, flexibilização do controle de divisas e segurança jurídica. Isso tudo ficou apenas no plano das intenções.

Durante esses dez anos que se passaram, a Venezuela foi a pique, economicamente, mas em compensação, a República Cooperativista da Guiana explodiu, economicamente, e será nos próximos ano o maior crescimento da renda *per capita* do mundo. Estamos ao lado da Guiana que será nossa saída para o mercado do caribe e para o mundo. A vantagem que poderíamos ter para exportar produtos com valor agregado, infelizmente, encontra-se parado, deixando de gerar milhares de empregos. Não podemos perder de

vistas que a Venezuela poderá ter seu regime político mudado e, caso essa situação mude, por completo, nosso mercado pode ter uma alta de 30 milhões de consumidores.

A ZPE Boa Vista, que nunca recebeu a atenção da gestora passada e do atual gestor do município de Boa Vista, receberá nosso total apoio e será construída na nossa administração em parceria com o município de Boa Vista.

ECONOMIA VERDE PARA UMA VIDA MELHOR

Propomos o desenvolvimento sustentável, ou seja, usar o hoje sem comprometer o amanhã e as futuras gerações, como meio para combater a miséria extrema e o desperdício. Isso significa gerar trabalho e empregos de forma intensiva na preservação e recuperação ambiental e desenvolver novos setores da economia baseada em tecnologias limpas. O desemprego é um dos principais desafios que os administradores enfrentarão nos próximos anos. Em Roraima, grande parte da mão de obra é absorvida pelo setor público municipal e estadual, criando uma dependência que leva muitas pessoas a se portarem como animais em currais (eleitorais). Pensando nisso, o poder público sob uma administração VERDE, deverá investir, diretamente, e estimular investimentos privados na criação de empregos com utilização intensiva de mão de obra na proteção e recuperação ambiental: Reflorestamento, reconstituição de áreas degradadas, proteção e conservação de florestas e parques, saneamento básico e despoluição hídrica, educação ambiental e sanitária, ecoturismo e outras atividades. Desenvolver uma agricultura moderna com aplicação de tecnologia para produzir mais em menor espaço. Estimular pequenas e médias empresas apoiando sua modernização e a adoção de tecnologias eficazes e na busca de novas formas de economia comunitária, cooperativa e auto gestionária.

FOMENTO À ECONOMIA DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Criaremos um fundo de apoio aos pequenos negócios, de modo a poder, através desse fundo, financiar a criação e expansão dos pequenos empreendimentos em todo o estado. É obrigação do poder público estadual estabelecer políticas para acelerar o crescimento econômico criando condições de vida mais propícias para as pessoas, especialmente as menos favorecidas, de menor renda. Os governos Estaduais e Federais dispõem de políticas públicas de crédito para fomentar o desenvolvimento econômico com inclusão do setor produtivo de maior capacidade econômico-financeira. No entanto, os mais carentes são totalmente alijados desse processo por não disporem de qualificação suficiente e mais ainda, por não terem condições econômicas que possam lhes assegurar o acesso ao crédito, pois quase nunca contam com garantias reais para ter essa acessibilidade. Visando suprir essa deficiência é que estabeleceremos uma política pública de fomento ao desenvolvimento dessa parcela da população através da criação do Fundo de Apoio aos Pequenos Negócios – FAPEN, que terá um grande alcance socioeconômico e sem um grande ônus para o estado. Esta será uma atividade das mais expressivas do ponto de vista da inclusão social de pessoas e da geração de emprego e renda para muitos, assim como de melhoria da qualidade de vida da nossa gente. Sabe-se que o pequeno negócio é o grande gerador de emprego e renda no nosso País. As micros e pequenas empresas respondem por mais de 60% dos empregos gerados no Brasil, daí sua importância na economia local, regional e nacional. Então, desenvolver ações visando fomentar a economia dos pequenos negócios e promover a melhoria da qualidade de vida de pessoas humildes é privilegiar, merecidamente, esse segmento social tão importante, sendo de grande alcance socioeconômico pelo retorno gerado. Precisamos agir diferentemente do que estamos habituados a ver na imprensa quando rotineiramente anunciam volumes extraordinários de empréstimos públicos sendo concedidos pelos agentes financeiros oficiais, especialmente, BNDES, BB e CEF, a grandes empresas nacionais e estrangeiras, quando nosso povo não tem acesso a esses

financiamentos públicos, sendo necessário e urgente que democratizemos isso e essa nossa proposição contempla este objetivo.

Criaremos a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, e nela, a Sala do Empreendedor, cujo propósito é o de apoiar a formalização dos pequenos negócios, especialmente o EI – Empreendedor Individual. Uma ação se somará à outra, e assim, esperamos poder alavancar a economia de Boa Vista, especialmente, a economia da periferia da cidade, pois nosso povo é criativo e trabalhador, só necessitando do nosso apoio para seguir em frente crescendo e desbravando novos horizontes. Trabalharemos com foco na redução expressiva da pobreza do nosso estado, o que refletirá em substancial melhoria do índice de desenvolvimento humano – IDH. Com a implementação destas ações, somada a outras que visem o fomento a economia como um todo, teremos também um acréscimo positivo na geração de mais impostos, o que dará ao estado a possibilidade de realizar maiores investimentos, entrando a economia roraimense num círculo virtuoso de prosperidade, com uma mais justa distribuição de renda e inclusão socioeconômica do nosso povo.

EDUCAÇÃO

As escolas serão distribuídas dentro do nosso plano de dividir a cidade em setores e dentro de cada setor teremos escolas estaduais. Tudo que foi feito até o momento será mantido, sendo melhorado os meios de comunicação com internet de qualidade para uso contínuo dos alunos e também para em situações emergenciais, tipo a que está ocorrendo nesse momento de pandemia, os alunos não fiquem sem aulas e atrasados em relação aos alunos das escolas particulares.

Devem ser criados mecanismos de democracia direta, como referendos ou plebiscitos que permitam aos cidadãos deliberar diretamente sobre questões de âmbito estadual, facilitada a participação ativa da população em conselhos para deliberar, fiscalizar e dar mais entrosamento e eficácia à ação do poder público.

Criaremos condições para realização de olimpíadas de matemática, português, e esportes entre os setores. Será uma forma de incentivar os nossos futuros profissionais e atletas.

Manter atualizado o programa de distribuição de tablets, os laboratórios de informática para os alunos, e a robótica nas escolas.

Serão criadas olimpíadas de matemática, história, português e conhecimentos gerais entre os estudantes das escolas estaduais e adultos, setor contra setor.

Será utilizada uma RTV (TV repetidora), disponíveis em Boa Vista.

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Devem ser criados mecanismos de democracia direta, como referendos ou plebiscitos que permitam aos cidadãos deliberar diretamente sobre questões de âmbito estadual, facilitada a participação ativa da população em conselhos para deliberar, fiscalizar e dar mais entrosamento e eficácia à ação do poder público.

Propomos o desenvolvimento sustentável, ou seja, usar o hoje sem comprometer o amanhã e as futuras gerações, como meio para combater a miséria extrema e o desperdício. Isso significa gerar trabalho e empregos de forma intensiva na preservação e recuperação ambiental e desenvolver novos setores da economia baseada em tecnologias limpas.

O desemprego é um dos principais desafios que os administradores enfrentarão nos próximos anos. Em Roraima, grande parte da mão de obra é absorvida pelo setor público municipal e estadual, criando uma dependência que leva muitas pessoas a se portarem como animais em currais (eleitorais). Pensando nisso, o poder público sob uma administração VERDE, deverá investir diretamente e estimular investimentos privados na criação de empregos com utilização intensiva de mão de obra na proteção e recuperação ambiental: Reflorestamento, reconstituição de áreas degradadas, proteção e conservação

de florestas e parques, reciclagem de lixo, saneamento básico e despoluição hídrica, educação ambiental e sanitária, ecoturismo e outras atividades. Desenvolver uma agricultura moderna com aplicação de tecnologia para produzir mais em menor espaço. Estimular pequenas e médias empresas apoiando sua modernização e a adoção de tecnologias eficazes e na busca de novas formas de economia comunitária, cooperativa e auto gestionária.

O próximo governante tem que entender que existe a caminho um concorrente silencioso que tira o emprego das pessoas sem ao menos avisar. Já entrou em cena a “Inteligência virtual”.

É preciso ser proativo, urgentemente!! Em defesa da empregabilidade no nosso estado.

AGRICULTURA

Qual tem sido o papel da secretaria de agricultura?

O que queremos é uma agricultura que realmente fomente o desenvolvimento da agricultura do nosso estado, conduzindo o setor para uma posição de vanguarda e não como se fosse apenas um lugar onde as pessoas não desenvolvem seus talentos e habilidades em favor da produção no campo. Essa secretaria deve ser um órgão eminentemente técnico, totalmente voltado para o desenvolvimento dessa área tão importante, não só para Roraima, mas para o mundo. De que adianta dizer que estamos localizados geograficamente em uma posição estratégica se não estamos prontos para responder sequer às demandas locais?

Dotaremos a Secretaria da Agricultura de recursos humanos, materiais tecnológicos necessários e suficientes para atender, especialmente o nosso pequeno produtor rural da agricultura familiar, o pequeno sitiante, o produtor de hortaliças. Firmaremos convênios com detentores de tecnologia rural (Embrapa) para capacitação de nossos técnicos para repasse dessas tecnologias de produção para os pequenos produtores a serem assistidos pelo

município. Atenderemos a demanda de crédito dos pequenos produtores através do fundo de apoio aos pequenos negócios a ser criado e gerido pelo governo.

ECONOMIA CRIATIVA

A economia de Roraima sustenta-se na produção agropecuária, principalmente no agronegócio de grãos, com destaque ao arroz, soja e milho. Diz-se que o estado funciona na chamada “economia do contracheque”, quando há uma circulação, quase majoritariamente, dos valores pagos em salários aos servidores públicos e aos empregados privados do comércio.

Na pecuária, o comércio de bois vivos para abate em Manaus foi, até a década de 1970, a base econômica de destaque. Por anos, comercializou-se com Manaus algo em torno de 6 a 10 mil bois anualmente. Esse tipo de comércio trazia para Roraima, em troca, gêneros alimentícios, artigos de vestuário, utensílios domésticos, entre outros. Essa forma de abastecimento acabou devido a dois fatores principais: crescimento populacional do estado, através da inauguração da estrada Manaus/Boa Vista, e a diminuição do rebanho bovino.

O arroz tomou o lugar da carne, passando a ser comercializado com Manaus já em fins da década de 1970. Em 1977, foi introduzida a mecanização agrícola para a cultura do arroz, aumentando a capacidade de produção. No início, a mecanização foi aplicada na área do lavrado para a produção de arroz de sequeiro, que não teve o êxito esperado por diversos fatores. Um deles foi a falta de estrutura física para armazenamento da produção, pois não havia secadores e armazéns. Contudo, esse sistema possibilitou o deslocamento da produção para o arroz irrigado. Com produtores mais capitalizados e apoio governamental na construção de armazéns e secadores, tornou-se viável a produção. Esse tipo de arroz veio a ser produzido nas várzeas dos rios Branco, Tacutu, Uraricoera e Cauamé, com uma produtividade alta o suficiente para cobrir os altos custos de implantação e manutenção dessa cultura em Roraima.

Posteriormente, surgiu a cultura da soja no lavrado, com a área plantada sendo aumentada ano a ano. Os problemas maiores dessa cultura estão na área da garantia da

posse da terra, suas incompatibilidades com as leis ambientais, além da irregularidade e pouca confiabilidade do transporte. Essas duas maiores culturas agrícolas de Roraima diminuíram com a conquista pelos povos originários da Demarcação da Área Indígena Raposa/Serra do Sol.

Outras culturas como milho, mandioca e feijão também são presentes. Mas não atingem o nível de produção de arroz e soja.

Estas culturas em franca expansão no estado, são desenvolvidas prioritariamente pelos médios e grandes produtores em monocultura.

Na contramão da produção familiar, o Agronegócio não produz alimento para a nossa população, produz commodity: em tradução livre, “mercadoria”. É um modelo que foca na exportação de produtos como soja e milho, e é dominado por grandes grupos transnacionais que determinam os preços, como e onde produzir, em Roraima, principalmente, nas áreas do Lavrado, encontraram um ambiente favorável.

Diferentemente do que ocorre com a monocultura (produção de apenas um tipo de produto agrícola), por exemplo, o manejo empregado na agricultura familiar produz uma grande variedade de alimentos e emprega diferentes formas de exploração do solo e interação com o ecossistema agropecuário.

Definimos como prioridade dentro do plano de governo no setor primário o apoio aos gargalos da agricultura familiar.

AGRICULTURA FAMILIAR

Estamos diante de um momento crítico na agricultura familiar no Estado de Roraima, a falta de perspectivas de desenvolvimento e de estruturas mínimas nos assentamentos, estão levando os produtores ao desânimo. Na medida que o mundo fica cada vez mais globalizado e os consumidores mais exigentes, a agricultura familiar em Roraima padece pela falta de Políticas Públicas sérias e programadas. Os produtores rurais não conseguem dar respostas aos pequenos desafios encontrados em suas parcelas rurais. A falta de incentivo, informação e a não compreensão do que está acontecendo no Brasil e no mundo, torna o produtor rural um eterno dependente das estruturas de governo e um escravo dos

políticos em época de eleição. Precisamos definir e implementar Políticas Públicas no qual a prioridade é tornar o produtor independente, autônomo, auto produtivo, para se desenvolver e viver com sua família com dignidade.

Roraima, possui 67 assentamentos vinculados e administrados pelo INCRA, com capacidade para assentar 22.115 famílias, sendo que apresenta 16.566 assentadas.

A falta de infraestrutura, da aplicação dos critérios de seleção, de planejamento no ato de selecionar os agricultores para receber os créditos de instalação, a interferência política e a não vocação de muitos para trabalhar na agricultura, vem causando o abandono gradativo das parcelas rurais nos projetos de assentamento no Estado de Roraima. Estima-se que das 16.566 famílias assentadas, 6.000 famílias estão residindo e produzindo no interior e mais de 10.000 famílias abandonaram seus lotes ou estão semiabandonados. É fundamental que se desenvolva urgentemente uma política de reocupação desses lotes.

REDEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE EXPLORAÇÃO DE ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO BIOMA AMAZÔNICO

O contexto de ocupação e exploração das áreas de assentamento partiu de um conceito individualizado das parcelas em que não se levou em consideração os critérios necessários para a promoção do desenvolvimento sustentável das mesmas. O caráter da exploração nas áreas de assentamento, não considera as potencialidades da área em questão. Embora o produtor tenha conhecimento de alguns destes critérios, há por parte dos assentados uma resistência em adotá-los, seja para facilitar o seu trabalho (no caso de exploração à margem de rios e igarapés), ou por falta de tradição agrícola e de um histórico de relação com a terra. Este tipo de exploração acaba por trazer a curto e médio prazos o esgotamento dos recursos naturais, que aliados às práticas convencionais de utilização da terra (em um ciclo de derrubada, queima, lavoura branca, pastagem), não garante a sustentabilidade dos assentados nos lotes. É necessário que haja uma conscientização dos assentados da importância da questão ambiental como garantia de sua permanência nas parcelas. Para isto, sugere-se a utilização de tecnologias alternativas, que são mais adaptadas à realidade econômica e social dos assentados, como por exemplo, sistemas agroflorestais, plantio em rodízio de áreas, adubação verde, entre outras. Uma questão

muito mais básica que simplesmente a implementação de tecnologias adaptadas, refere-se ao processo de criação e estruturação do assentamento que deve ser baseado em um estudo prévio da área, visando sua potencialidade para a atividade agropecuária, turismo, bem como uma indicação de áreas de preservação permanente e de reserva legal e as impróprias ao uso, por qualquer restrição.

SITUAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Parece existir um consenso entre as políticas públicas existentes para a agricultura familiar brasileira, no qual se deve caminhar no sentido de viabilizar as unidades de produção familiar, tornando-as unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal.

No entanto, pode-se perceber a intenção de transferir para o pequeno agricultor a total responsabilidade na escolha dos rumos e atividades que o mesmo deve vir a desenvolver dentro de sua propriedade.

Tal fato, pode ser confirmado pela inexistência de uma política agrícola ampla, inclusive uma política de preços mínimos, o que deixa a sobrevivência do pequeno agricultor totalmente vulnerável as leis de mercado que se tornam mais agressivas a cada dia neste ambiente de globalização econômica.

A situação descrita anteriormente, catalisada pelo baixo grau de organização existente entre os agricultores familiares do estado, gera resultados desastrosos para a pequena agricultura de Roraima como os descritos abaixo.

Os pequenos agricultores, comercializam insumos e produtos individualmente, perdendo poder de barganha na comercialização, já que, na maioria das vezes, estabelece relações comerciais com segmentos que se encontram menos pulverizados e muito mais bem organizados, ditando as condições da negociação, obviamente a seu favor.

Os produtos oriundos das unidades de produção familiar de Roraima, na grande maioria das vezes não apresenta a garantia da constância de fornecimento e a qualidade

mínima necessária para a conquista e segurança de colocação dos produtos no mercado consumidor.

O baixo grau de industrialização dos produtos originados das unidades de produção familiar dificulta a obtenção de melhores preços no mercado pelo pequeno valor agregado que possuem, além de diminuir ainda mais o poder de negociação dos produtores devido a alta perecibilidade da maioria de seus produtos que os torna presa fácil na mão dos atravessadores.

O produtor não tem clareza sobre informações fundamentais para uma eficiente penetração dos produtos no mercado, como: produtos demandados, volume dos produtos demandados, sazonalidade da demanda, possíveis canais de comercialização, etc.

A falta de informações mercadológicas, favorece a produção voltada apenas para a subsistência, comercializando de maneira pouco satisfatória dos excedentes, quando existem.

Existem grandes dificuldades para que o produtor se dedique, simultaneamente, a produzir e comercializar seus produtos e insumos.

Os segmentos que se especializam apenas na comercialização dos produtos agropecuários (atravessadores), tornam-se mais eficientes e organizados que os produtores, ocorrendo assim, uma real transferência de renda do setor produtivo para a rede de intermediários atuante na região, já que passa a ser uma atividade mais interessante, pela maior rentabilidade e menor risco que o setor produtivo.

É notório que na tentativa de solucionar e ou minimizar tais problemas, é fundamental a adoção de medidas conjuntas, que atuem de forma sinérgica e coordenada, em detrimento das tradicionais ações, isoladas, descontínuas, paliativas e sem compromisso com a real solução do problema.

Deve-se preconizar uma análise holística (do todo) da unidade de produção familiar, de forma que se busque a viabilização da unidade de produção como um todo, e não de algumas atividades isoladas como se tem tentado até agora.

É necessária a implantação de um SISTEMA de INFORMAÇÕES de MERCADO, que disponibilize informações adequadas a realidade do pequeno agricultor e acessíveis ao entendimento dele mesmo. Tais informações, subsidiarão o processo de tomada de decisão

do pequeno produtor, permitindo que de forma consciente e independente, escolha em quais atividades deve investir sua mão-de-obra e recurso financeiro (próprio ou de terceiros) de forma a garantir sua segurança alimentar e sustentabilidade (principalmente econômica).

PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM RORAIMA

O pré-requisito essencial no mundo globalizado para formular uma proposta para o desenvolvimento da agricultura familiar é a formação de parcerias e a elaboração de políticas públicas sérias que venham de fato criar condições do homem do campo sobreviver.

Por isso propomos:

1 – Promover assistência técnica aos produtores rurais, via IATER, objetivando capacitá-los para o conhecimento da nova realidade da agricultura familiar no Brasil e no mundo;

2 – Incentivar os produtores a se organizarem de forma autossustentável;

3 – Promover a educação ambiental dos produtores, visando o desenvolvimento sustentável e técnicas agrícolas alternativas de produção como a agroecológica;

4 – Inserir no currículo escolar temas que aborde a importância da agricultura e da proteção do meio-ambiente;

5 – Incentivar projetos que venham agregar valores, renda a propriedade dos agricultores familiares como as agroindústrias artesanais e o turismo;

6 – Diversificar a produção, evitando a monocultura e a subsistência;

7 – Subsidiar a agricultura familiar na compra de insumos e maquinário agrícola, visando o plantio de culturas permanentes (fruticultura e madeiráveis) e a mecanização, evitando assim o desmatamento de grandes áreas da floresta;

8 – Vamos reestruturar urgente o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado (na SEADI), com a formação das Câmaras Técnicas de análise de projetos, com a participação e representação dos agricultores familiares;

9 – Estimular os produtores com programas e projetos de criação de peixes, abelhas, carneiros, galinhas, patos, porcos etc;

10 – Desenvolver projetos nas áreas já desmatadas, tais como piscicultura e mecanização para o plantio de fruticultura;

11 – Estimular os produtores rurais a plantarem feijão e outras culturas nos baixões, no período logo após o inverno;

12 – Criação de um SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MERCADO coordenado pela SEADI/IATER;

13 – Determinar que a FEMARH não autorize a exploração de madeira no período de inverno e que fiscalize, nos finais de semana e feriados, que é quando os madeireiros trafegam ilegalmente;

14 - Determinar que a FEMARH cumpra o seu papel no que se refere aos abusos e ilegalidade da atuação dos madeireiros;

Como objetivo principal deste Plano de Governo, para o setor primário, é submeter a sociedade, os produtores rurais, as autoridades atuais e os órgãos públicos que precisamos elaborar políticas públicas sérias que fortaleçam a agricultura familiar no Estado de Roraima.

CULTURA ESPORTE E DESPORTO

Defendemos a cultura em todas suas manifestações artísticas e religiosas, independentemente, de sua origem étnica. Apoiaremos com todos os recursos necessários todas as manifestações que possam propiciar o desenvolvimento do esporte e movimentos culturais em Boa Vista. Além dos recursos estaduais destinados ao setor, criaremos uma nova maneira de arrecadar os recursos para implantação no setor.

COMBATE ÀS DROGAS

O combate às drogas passa principalmente pela educação. Educar as crianças sobre o malefício da droga. Realizar parcerias com as igrejas, estimulando a implantação de clínicas para recuperação de viciados com tratamento psicológico e espiritual a fim de reabilitá-los ao convívio familiar e social.

DESABRIGADOS

Entra ano e sai ano e os problemas se repetem. Pessoas que são desabrigadas pelas enchentes e que são alojadas em ginásios e escolas públicas. Nenhuma autoridade estadual ou municipal conseguiu resolver esse problema recorrente e nem sequer apresentaram um plano digno de assistência a essas famílias. Para piorar a situação, agora enfrentamos com imigração desordenada de venezuelanos para o nosso estado. É preciso agir e cobrar de forma enérgica a resolução do problema com a participação efetiva do governo federal. As pessoas que forem afetadas por enchente de rios e lagos, serão retiradas e amparadas pelo aluguel social e em seguida serão incluídas no programa habitacional que será desenvolvido pelo governo do estado de Roraima. A CODESAIMA – Companhia de Desenvolvimento de Roraima, será a responsável por desenvolver o plano habitacional de Roraima.

RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO

A partir do primeiro ano de governo iniciaremos a recuperação dos prédios abandonados pertencentes ao governo e ao povo de Roraima.

A casa da cultura, entra governo, sai governo e a casa da cultura continua abandonada. O teatro Carlos Gomes, palco onde muitos dos nossos artistas passaram é outro patrimônio que nunca mereceu o respeito dos que administraram o nosso estado.

Vamos devolver o orgulho a nossa gente.